

Economic Analysis of Law Review

PREFÁCIO

Maurício Dalri Timm do Valle
Universidade Católica de Brasília
Editor

Benjamin Miranda Tabak
Fundação Getúlio Vargas-FGV/DF
Editor

Eduardo Silva Luz
Universidade Católica de Brasília
Editor

Apresenta-se ao público com maior estima, honra e satisfação a nova edição da *Economics Analysis of Law Review*, periódico vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília.

O periódico tem como principal finalidade disseminar estudos teóricos e empíricos que abordem novas e mesmo antigas questões jurídicas com um prisma inovador. Empregando tradicionais disciplinas econômicas como microeconomia, a teoria dos jogos, econometria e a teoria da escolha pública (*public choice*), além de fazer uso de disciplinas mais recentes como economia comportamental ou mesmo de outras áreas como sociologia e a biologia evolucionária, demonstrando o amplo espectro sob o qual pode-se analisar e trabalhar o Direito, fora da estudo jurídico tradicional.

Neste momento inicial é oportuno reconhecer e agradecer o esforço da Equipe Editorial, bem como o trabalho de todos os pareceristas anônimos na qual atuando voluntariamente tiveram um papel essencial para a publicação desta nova edição da EALR. Comunicamos ainda que este ano pela primeira vez, a revista será publicada de forma trimestral, sendo esta de Maio – Agosto, anteriormente havíamos publicado à edição de Janeiro – Abril sendo esta a primeira edição do ano, a última edição será Setembro - Dezembro. Ressaltamos ainda que a revista funciona sob o sistema de submissões em fluxo contínuo, não realizando assim chamadas específicas para artigos.

A edição 9.2. da *Economic Analysis of Law Review* é constituída por 20 artigos com autores provenientes de várias regiões do Brasil e do Exterior que tratam de temas atuais sob a ótica da Análise Econômica do Direito. Nessa edição **100%** (20) dos artigos publicados, possui ao menos um doutor entre seus coautores, isso está de acordo com as novas regras de

submissão da revista que passou desde julho **a exigir que conste apenas um autor com titulação de Doutor entre os autores dos artigos submetidos.**

Ressalta-se ainda que destes números “17 (85%)” dos artigos são de autores e coautores vinculados a instituições de fora do Distrito Federal e que “3(15%)” dos artigos são de autores e coautores vinculados a instituições do Distrito Federal. Em termos regionais esta edição conta com “2 (10%)” autores do Nordeste, “6 (30%)” do Sudeste, “6 (30%)” do Sul, “3 (15%)” do Centro-Oeste e “3 (15%)” estrangeiros. Essa mesma diversidade geográfica de instituições é encontrada no corpo de pareceristas, que é em sua maioria de outros Estados (85%) e de outros países. Esses números denotam o amadurecimento contínuo da área assim como a abrangência nacional e internacional que reveste a *Economic Analysis of Law Review*.

O presente número inicia-se com o artigo dos autores Kleber Pacheco de Castro e José Roberto Rodrigues Afonso que examinam a possibilidade de atualmente no Brasil se securitizar créditos tributários do setor público como forma de antecipar recursos que serviriam para mitigar a crise fiscal pela qual passa o país.

Em seguida, Celso de Barros Correia Neto, Evanderso R. Pina Montenegro e Kamila de Araújo Cordeiro analisam as principais questões enfrentadas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da chamada “guerra fiscal” em matéria de ICMS.

O artigo de Marcelo de C. Griebeler estuda o quanto a probabilidade de apreensão e convicção é observada como fator na decisão de cometer um crime, sendo influenciada pela incerteza. O autor realiza um estudo a partir da economia do crime.

O quarto trabalho desta edição são dos autores Juliana Markendorf Noda, Luiz Augusto da Silva e Sandro Mansur Gibran na qual realizam um estudo a cerca da possibilidade regulação do UBER a partir da análise econômica do direito.

Em seguida Felipe Mendonça Lopes e Paulo Furquim de Azevedo trabalham a partir de uma pesquisa empírica qualitativa o grau de influência política existente nos tribunais superiores brasileiros, em especial no caso do STJ e STF.

Yong Wang e Wilson Almeida analisam as questões suscitadas com a globalização e a regulação da produção transnacional sobre a ótica do direito internacional.

A seguir Vitor Gomes Reginato, Franco Gomes Reginato e José Luiz Parré analisam as vantagens econômicas da adoção do instituto penal da colaboração premiada tanto para o governo quanto para o acusado, valendo-se, para tanto, da Teoria dos Jogos.

O oitavo artigo publicado nesta edição é o de Marilda de Paula Silveira e Mariana Albuquerque Rabelo que realiza uma análise dos fundamentos utilizados pelo Supremo Tribunal Federal para declarar a inconstitucionalidade das normas que estabeleciam instrumentos considerados cláusula de desempenho para as agremiações partidárias.

João Victor Pinto Santana e Karyna Batista Sposato desenvolvem uma pesquisa partindo dos ensinamentos de Richard A. Posner sobre o pragmatismo jurídico e a atuação do Supremo Tribunal Federal, em especial analisando à ADI nº 2404/DF.

O décimo artigo da edição de Daniela Regina Pellin e Wilson Engelmann, os autores utilizam-se da análise econômica do direito para estudar a lei do microempreendedor individual, considerando ainda o seu viés político.

Leonardo Galvani estuda o instituto do Contrato, a partir da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann, concluindo que o contrato se encontra no vértice, ou ponto de contato entre os subsistemas econômicos, jurídico e político.

Rhami Jened realizam uma interessante pesquisa para a partir da análise econômica compreender os aspectos legais do “franchise” na Indonésia.

Omar Vásquez Duque reflete a cerca dos regimes de casamento adotado no Chile a partir da análise econômica do direito. Vale ressaltar, que esse artigo foi revisado pelo eminente Professor Cass R. Sunstein.

Karoline Marchiori de Assis, Evelim Bulhões Guimarães, Vitor Araújo Loureiro refletem sobre a pesada tributação do consumo de bens essenciais no Brasil, o que contraria a técnica da seletividade em função da essencialidade e, conseqüentemente, o princípio da capacidade contributiva.

Maiara Patti Gaulez, Andrea Rodrigues Ferro, Gustavo Carvalho Moreira realiza uma análise do encarceramento de homicidas, como mecanismo de elevação do custo da atividade de homicídios, não sendo capaz de reduzir a taxa de homicídios no Brasil.

Regina Linden Ruaro, Carlos Alberto Molinaro apresentam um pouco da polêmica e a cerca da propriedade intelectual em uma sociedade da informação, apresentando as perspectivas internacionais e a economia da informação.

Daniel de Abreu Pereira Uhr, Renan Porn Peres, Patrícia Colussi e Julia Gallego Ziero Uhr avaliam o efeito da adesão das empresas paulistas à Lei nº 11.770/2008, a qual amplia o período de licença maternidade em 60 dias sobre os salários das trabalhadoras das empresas aderentes.

Bleine Queiroz Caúla, Jefferson Aparecido Dias, Sócrates Costa Oliveira, realizam um estudo a cerca da manobra fiscal brasileira e seu impacto na ordem econômica e financeira do Brasil, à luz da norma constitucional.

O último artigo dessa edição é de Valter Shuenquener de Araújo, o autor avalia em seu trabalho as inovações tecnológicas, e como estas influenciam os mais diversos institutos do Direito Administrativo, apresentando novas soluções normativas e teóricas.

Agradecemos aos autores desta edição supracitados, bem como convidamos a todos os pesquisadores de AED a considerarem a *Economic Analysis of Law Review* como instrumento de difusão de suas pesquisas. Desejamos ainda que os artigos que compõem essa edição possam incentivar diálogos, debates e provoquem novas inquietações servindo como fundamento para o desenvolvimento de pesquisas que tenham como fundamento a Análise Econômica do Direito seja no Brasil ou Internacionalmente.

Brasília, 31 de Agosto de 2018